

	Índice	
	Índice de quadros e figuras	ix
	Lista de abreviaturas	xi
	Introdução	1
	1 Origem e evolução da protecção social	3
	1.1. O âmbito da segurança social e a perspectiva de análise seguida	3
	1.2. Breve evolução histórica da protecção social	6
	1.3. Diferentes concepções da protecção social pública	7
	1.4. A convergência das concepções comutativa e distributiva	8
	1.5. A intervenção do Estado na protecção social	9
	1.6. Segurança social: o conceito	13
	1.7. A diversidade dos sistemas de protecção social	18
	1.8. Política Social Europeia	25
	2 Crise da segurança social na União Europeia	28
	2.1. Crise da segurança social: sintomas e causas	28
	2.2. A crise da segurança Social: alteração dos fundamentos demográficos	29
	2.3. Alteração dos fundamentos económicos	34
	2.4. Alteração dos fundamentos sociais	50
	2.5. Os novos riscos sociais	52
	2.6. A inadequação do modelo de financiamento PAYG	56
	3 Cenários de reforma da segurança social na União Europeia	59
	3.1 O âmbito da reforma e a perspectiva de análise seguida	59
	3.2. Aspectos essenciais da reforma da segurança social	61

3.3. A reforma da segurança social	62
3.4. Vantagens e desvantagens de um sistema de capitalização	65
3.5. Um sistema multi-pilar. A questão da complementaridade	70
3.6. Uma abordagem diferente da reforma da segurança social	71
3.7. Uma agenda social comum para a Europa	79
3.8. Estará a Europa a reformar os seus sistemas de segurança social	81
4 Segurança social em Portugal : problemas e medidas adoptadas	89
4.1. Breve caracterização do sistema de segurança social em Portugal	89
4.2. Os motivos da crise da segurança social	90
4.3. O processo de reforma da segurança social em Portugal (1996-2000)	101
4.3.1 O Livro Branco da Segurança Social	101
4.3.2 A nova Lei de Bases da Segurança Social (Lei nº 17/2000)	105
4.3.3 Principais inovações da Lei de Bases	106
4.4. Estará Portugal a reformar o seu sistema de segurança social?	113
Conclusões	116
Referências bibliográficas	119

Resumo

Esta dissertação trata da segurança social, analisando-se os factores determinantes da crise actual e as principais medidas de reforma que têm sido propostas na União Europeia, com particular destaque para o caso português.

O conceito de segurança social por nós utilizado é de âmbito restrito, dedicando particular atenção aos sistemas de pensões onde de forma mais incisiva se colocam os desafios ao modelo social europeu. O estudo dos sistemas de pensões e sua reforma assenta num quadro teórico de análise onde estão presentes três dimensões de análise, distintas mas complementares: os fundamentos (demográficos, económicos e sociais) em que se baseou a construção do moderno Estado-Providência e que têm vindo a sofrer alterações profundas, os princípios constitutivos (sistema de financiamento gerido em repartição ou capitalização) e os valores subjacentes a este “*edifício*”, como sejam a solidariedade, equidade e justiça social. Enquadramos, neste quadro teórico tridimensional, a análise das transformações demográficas, económicas, sociais do mundo actual e a capacidade dos sistemas de protecção social para enfrentarem tais desafios.

Não é nosso objectivo estudar a sustentabilidade financeira dos sistemas de pensões propriamente dita. Reconhecemos a sua importância, compreendemos a prioridade que muitas vezes lhe é conferida nas estratégias de reforma da segurança social, mas acreditamos que qualquer reforma (no sentido de alteração do sistema de financiamento) com o objectivo de evitar a insustentabilidade financeira só pode ser preparada se tiver presente, na discussão das várias alternativas, as três dimensões constitutivas da segurança social, o que exige que seja acompanhada de um conjunto de medidas de cariz qualitativo, de modernização e readaptação dos sistemas de protecção social europeus.

Keywords: social security, crisis, reform, European Union, Portugal.

Palavras-chave: segurança social, crise, reforma, União Europeia, Portugal.